

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017
EDITAL Nº 015/2017

CONVITE Nº 012/2017

A Câmara Municipal de Buritis, com endereço a Rua Jardim nº 30, bairro Centro, CNPJ 20673732/0001-02, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 004/2017 torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 015/2017, na modalidade Convite nº 012/2017, do tipo menor preço por lote, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, pela legislação pertinente e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ENTREGA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA DE PREÇOS”:

LOCAL: Rua Jardim nº 30- Setor de Protocolo.

DIA: 21/09/2017

HORA: Até às **09:00 horas**

ABERTURA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA DE PREÇOS”:

LOCAL: Rua Jardim nº 30- Licitações.

DIA: 21/09/2017

HORA: **09:30min.**

I - DO OBJETO

1 – Constitui da presente licitação a contratação de empresa prestadora do serviço de engenharia florestal/ambiental para atender as necessidades da Câmara Municipal de Buritis, conforme requisição.

2 – Integram o presente instrumento:

- **Anexo I** – Minuta do Contrato;
- **Anexo II** – Requisição;
- **Anexo III** - Modelo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de declaração de observância ao disposto no inciso XXXIII, Artigo 7º da Constituição Federal, e;
- **Anexo V** – Modelo de declaração de idoneidade.

II - ÁREA SOLICITANTE

Legislativo - Presidência.

III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que se enquadrem no ramo de atividades do objeto deste edital e que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

2 - As empresas não convidadas, interessadas em participar da licitação, deverão:

2.1 - Formalizar a manifestação de interesse até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega dos envelopes, por meio de expediente entregue na Comissão Permanente de Licitação ou enviado por meio do fac-símile nº (38) 3662-1527, sob pena de desqualificação;

2.1.1 - A licitante que apresentar manifestação de interesse por fax deverá confirmar seu recebimento junto à Comissão Permanente de Licitação.

3 - Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no átrio do Edifício - Sede da Câmara Municipal de Buritis e poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação desta Câmara, no horário de 8:00 horas às 12:00 horas de segunda a sexta feira ou através do site/link [http://www.buritis.mg.leg.br/transparencia/licitações e contratos](http://www.buritis.mg.leg.br/transparencia/licitações_e_contratos).

4 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

4.1 - que estiver incurso nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;

4.2 - com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

4.3 - em consórcio;

5 - A observância das vedações do item acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

IV - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

1 - Os documentos de habilitação e a proposta de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“DOCUMENTAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017
CONVITE Nº 012/2017
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“PROPOSTA DE PREÇOS”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017
CONVITE Nº 012/2017
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

V - DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

1- Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços” deverão ser protocolizados no Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Buritis, localizada Rua Jardim nº 30, Bairro Centro, CEP nº 38660-000, até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório (pagina 01).

1.1 - A Câmara Municipal de Buritis não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Setor de Compras e Licitações, e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos.

2 - A abertura dos envelopes “Proposta de Preços” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo para a abertura dos envelopes “Documentação”.

2.1 - Na sessão de abertura dos envelopes “Documentação” poderão ser abertos os envelopes “Proposta de Preços”, se, tenha havido expressado desistência de interpor recursos de decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2 - A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento credenciando seu (sua) representante para tal fim, considerando-o (a) com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo este expediente ser entregue no ato pelo próprio preposto.

3 - Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para manifestar-se em seu nome.

3.1 - Somente o representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar reclamações e assinar atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.

3.2 - As licitantes deverão apresentar por escrito às manifestações que julgarem necessárias, as quais serão anexadas às atas das sessões de abertura dos envelopes de “Documentação” e “Proposta de Preços”.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - Os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes “Documentação”:

1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2 Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade de Situação) - (CRF);

1.4 Prova de regularidade para com as fazendas; Estadual e Municipal da Empresa licitante;

1.5 Declaração de idoneidade;

1.6 Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º inciso XXXIII, da constituição federal;

1.7 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado na junta comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, ou na junta comercial do Estado em que o proponente licitante possuir sua sede, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores com o objeto ora licitado;

1.8 Cópia de cédula de identidade e CPF do representante;

1.9 No caso específico de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá ser apresentado ato de enquadramento, emitido pela junta comercial, informando que a empresa se enquadra como micro empresa ou empresa de pequeno porte, e comprovante que no decorrer do último mês não houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no artigo 3º, § 4º e § 6º, incisos I a X, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. A falta de apresentação da declaração especificada acima não inabilitará a licitante, entretanto a mesma não fará jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/6 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; a comprovação poderá ser feita alternativamente por intermédio de declaração do licitante, sob as penas da lei;

1.10 Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

1.11 Certidão negativa de débitos trabalhistas;

1.12 O licitante deverá apresentar “Visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA que se fizer necessário para execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is) por ele indicado”.

1.13 Apresentação de certidão de acervo técnico-CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicáveis em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a anotação de responsabilidade técnica-ART ou o registro de responsabilidade técnica-RRT.

2 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível.

2.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes “Documentação”.

2.2 - Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fax, mesmo se autenticado.

2.3 - Os documentos retirados pela *internet* terão sua autenticidade certificada junto aos *sites* dos órgãos emissores.

3 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope “Proposta de Preços” respectiva.

4 - Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.1 - Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

VII - DA PROPOSTA DE PREÇOS

1 - A proposta poderá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em que conste, obrigatoriamente:

1.1 - Preço unitário, em numeral e por extenso.

1.2 - Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

1.3 - Identificação e CNPJ da empresa proponente;

2 - O preço unitário da proposta deverá ser expresso em numeral e por extenso, em moeda corrente do país, nele incluídos todos os impostos, taxas e seguros;

2 - A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

VIII – DO JULGAMENTO

1 - Para o julgamento da proposta **menor preço por lote**, desde que observadas às especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e legislação pertinente.

2 - Será desclassificada a proposta que:

2.1 - Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

2.2 - Apresente preço unitário ou global simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecutável, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93; conforme planilha orçamentária anexa a este instrumento.

2.3 - Apresente preço baseado em outra (s) proposta (s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

2.4 - Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento;

3 - Em caso de divergência entre o preço unitário expresso por extenso e por numeral, prevalecerá o primeiro.

4 - Em caso de divergência entre o preço unitário da proposta e o valor total, prevalecerá o primeiro.

5 - Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, nos termos do § 2º, do art. 45, da Lei nº 8.666/93.

7 - Para julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

8 - A Comissão Permanente de Licitação poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9 - As propostas que omitirem o prazo de validade previsto no subitem 1.3 do Título VII deste instrumento convocatório **serão entendidas** como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

IX – DO PAGAMENTO

1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Câmara Municipal de Buritis, por processo legal, após apresentação da Nota Fiscal;

1.1 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

3 - O pagamento será efetuado após emissão de ordem de serviços/fornecimento.

X - DOS RECURSOS

1 - Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, após a divulgação dos resultados.

2 - Quaisquer recursos relativos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, AOS CUIDADOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, devendo ser protocolizados no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Buritis, ou enviados através do fac-símile nº (38) 3662-1527.

2.1 - Na hipótese de utilização do fac-símile, os originais deverão ser protocolizados na Câmara Municipal de Buritis, Setor de Licitação, até 05 (cinco) dias corridos da recepção do instrumento de recurso, sob pena de não acolhimento por esta Câmara.

2.2 - Quem fizer uso do sistema, torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido e pela posterior protocolização do original, nos termos do subitem anterior.

2.3 – A Câmara Municipal de Buritis não se responsabilizará por recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do Setor de Licitação, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

3 - Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, através de comunicação escrita, que poderão impugná-lo no prazo previsto no art.109 da Lei nº 8.666/93.

3.1 - As impugnações ao recurso também poderão ser enviadas através de fac-símile, e a elas serão aplicadas às disposições previstas nos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 do item anterior.

4 - Poderá ser interposta impugnação aos termos do instrumento convocatório, dirigida à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, devendo ser protocolizada, no prazo legal, no local descrito no subitem 2.1 deste Título.

4.1 - O poder de representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações aos recursos e aos termos do instrumento convocatório deverá ser comprovado.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da Câmara Municipal de Buritis, sob o nº 01.031.0001.2001.3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

2 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas e envelopes “Proposta de Preços” das licitantes inabilitadas.

3 - Para análise da documentação ou proposta, a Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligência junto às licitantes, para fins de esclarecimento, em qualquer fase da licitação, conforme disposto no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

3.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

3.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

4 - Para atender a seus interesses, a Câmara Municipal de Buritis reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

6 - As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, para a Comissão Permanente de Licitação, no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Buritis, ou através do fac-smile nº (38) 3662-1527, sob pena

de não acolhimento. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone (38) 3662-1527.

8 - Fica eleito o foro da Comarca de Buritis, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Buritis - MG, 14 de setembro de 2017
ELAINE ELÉIA CERQUEIRA MEDEIROS
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS

A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ nº 20.673.732/0001/02, com sede na Rua Jardim nº 30 bairro Centro, em Buritis, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, e a empresa (***), com sede na (***), bairro (***), registrada no CNPJ sob o nº (***), a seguir denominado **CONTRATADA**, neste ato representada por (***), portador do RG: (***) e do CPF nº (***), resolvem firmar o presente contrato de aquisição de bens, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações, e mediante a seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui da presente licitação a contratação de empresa prestadora do serviço de engenharia florestal/ambiental para atender as necessidades da Câmara Municipal de Buritis, conforme requisição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

São condições gerais do presente contrato:

I – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo **CONTRATADO**, sem autorização por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

II - Para atender a seus interesses, o **CONTRATANTE** poderá alterar quantitativos do objeto contratado, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

III – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

IV – A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplemento por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o **CONTRATANTE** exercer seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento, após emissão da nota fiscal/fatura de acordo com a Ordem de Serviço/Fornecimento;
- b) Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer fatos ou alterações verificadas durante a vigência do contrato.
- c) A contratante indicará executor de contrato para acompanhamento, fiscalização e responsável por atestar as notas fiscais.

II - DO CONTRATADO:

- a) - Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de R\$ (***) pela prestação de serviços de instalação e ampliação de rede de dados e voz à Câmara Municipal. Com valor estimado em R\$ (***)).

II – De acordo com o Governo Federal poderá haver reajustamento de preço para mais ou para menos, sendo necessário a formalização de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições estipuladas, a **CONTRATADO** ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, garantindo-se a **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do contrato.

II – 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento do mesmo.

III – 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, no caso da adjudicatária injustificadamente, desistir do contrato.

§ 2º - O recolhimento das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido judicial ou extrajudicialmente, podendo ser por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

I – Nos casos de rescisão extrajudicial por ato unilateral do **CONTRATADO** será notificado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

II – Além das hipóteses previstas no inciso acima o contrato poderá ser rescindido sempre que o **CONTRATADO** agir dolosamente.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto deste contrato será realizada pela Comissão de Licitação e Controle Interno da **CONTRATANTE**, observados os arts. 73 a 76 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 015/2017, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado no quadro de avisos da Câmara e Prefeitura Municipal de Buritis. Por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Buritis, xx de xxx de 2017

Presidente

Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF:

ANEXO II REQUISIÇÃO

I – OBJETO - LOTE 1

Contratação de empresa prestadora do serviço de engenharia florestal/ambiental.

II – DESCRIÇÃO.

Com meus cordiais cumprimentos, no uso de minhas atribuições legais como vereadora e Presidente da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, nos termos do inciso VI, do art. 47, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Buritis/MG, sirvo-me do presente para requisitar de V.Exa a contratação de empresa com vistas a prestação de serviços na área de consultoria de engenharia ambiental/florestal junto à Comissão de Agricultura e Meio Ambiente na consecução dos seguintes objetivos:

- Estabelecer diretrizes ambientais básicas;
- Elaborar uma audiência com as autoridades locais (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e outros)
- Elaborar uma audiência pública com a população;
- Apresentar minuta de legislação ambiental básica;
- Definição e concepção do projeto de desenvolvimento sustentável;
- Elaboração de cronograma físico-financeiro;
- Proposta para elaboração de Diagnóstico Ambiental dos municípios que compõem a bacia do Rio Urucuia;
- Proposta de recuperação, revitalização e conservação das principais áreas de influência direta e indireta do Rio Urucuia;
- Proposta para análise das águas dos principais pontos da Bacia do Urucuia;
- Projeto de implantação de 2 viveiros para produção de mudas de árvores típicas da região e cadeia produtiva associada (coleta de sementes);
- Projeto de capacitação e educação ambiental (relevância histórico-cultural com o Grande Sertão Veredas);
- Levantamento da estrutura, bens, serviços e equipamentos necessários para a consecução do projeto.
- Desenvolvimento de estudo para o desenvolvimento alevinos;


Amila Almeida/PT
Vereadora

- Definição de Arranjo Produtivo Local (APL) para desenvolvimento e aproveitamento de frutos do cerrado e outros;

Como é sabido o trabalho das comissões permanentes vão além do exame de proposições legislativas submetidas a sua apreciação, as comissões permanentes podem e devem desenvolver em razão de sua competência estudos e levantamentos a fim de subsidiar o desenvolvimento do município.

No presente caso, a contratação dos os serviços que ora se requer auxiliará na formulação da política municipal do meio ambiente, inclusive, o resultado deste trabalho subsidiará a atuação dos parlamentares municipais junto aos órgãos municipal, estadual e federal do meio ambiente, e ainda, auxiliará o Conselho Municipal de Meio Ambiente-CODEMA e demais associações ambientais na busca de formulação de políticas públicas que estimulem o crescimento sustentável do Município de Buritis/MG.

Seguem anexos, orçamentos coletados com empresas que podem prestar os serviços requisitados, sendo que pela estimativa de preços a prestação de serviços poderá ser contratada na forma do inciso I, do art.24, da Lei n.º 8.666/93, ou seja, por dispensa de licitação.

Tendo em vistas os serviços a serem prestados estima-se um prazo de até 90(noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

III – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE.

- A modalidade de contratação será o menor preço por lote.
- Será considerada vencedora do certame a sociedade empresária que ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.
- A PROPONENTE poderá comparecer à Câmara Municipal de Buritis –MG, para avaliar e ter conhecimento de todos os serviços e materiais necessários de instalação e configuração dos equipamentos e aparelhos, baseados nas normas e boas práticas de mercado

IV – DA ENTREGA:

O prazo para execução dos serviços pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela Câmara Municipal.

V – PROPOSTA DE PREÇOS:

A CONTRADA deverá fornecer a tabela de todos os custos previstos, que devem estar inseridos no preço unitário dos produtos, tais como: frete, armazenagem, guarda seguro etc.

A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta dias)

VI – DO PAGAMENTO:

O pagamento é de 30 dias, após a entrega dos serviços no local indicado pela CONTRATANTE e o aceite pelo agente público (executor/fiscal) responsável pelo recebimento.

VII – DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria.

Buritis MG, 04 de setembro de 2017.

Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente

ANEXO III

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Processo licitatório nº 015/2017
Edital nº 015/2017
Convite nº 012/2017

À
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados Senhores,

A Signatária....., CNPJ....., vem respeitosamente apresentar a nossa proposta de preços, em 1 (uma) via, para aquisição pela promotora relativa a Carta Convite n.º 012/2017.

1 – O preço unitário e total de cada item solicitado é:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VL. UNITÁRIO NUMERAL E EXTENSO	VL. TOTAL VALOR E EXTENSO
01	***	***	R\$	R\$

2 – O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação da proposta.

Atenciosamente,

Local e data
Nome e assinatura da Licitante
Representante legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DO INC. XXXIII, ART. 7º DA CF

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017

EDITAL Nº 015/2017

CONVITE Nº 012/2017

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados senhores,

A proponente, abaixo assinada participante do processo licitatório modalidade Carta Convite 012/2017, por seus representantes credenciados declara na forma e sob as penas impostas pela lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e demais legislação pertinente que nos termos do inciso 6º da Lei 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser verdade, firmamos o presente,

Local e data

Nome e assinatura do representante legal
Da empresa proponente.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017
EDITAL Nº 015/2017

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS – MG

Prezados senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório Carta Convite nº 012/2017, instaurado pela Câmara Municipal de Buritis-MG, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o poder público, em qualquer de suas esferas.

Por ser verdade, firmo o presente,

Local e data

Nome e assinatura do representante legal
Da empresa proponente.